

PAULO ROBERTO HADDAD*

O novo ajuste fiscal que está para ser anunciado pelo governo federal ocorre num contexto com muitas especificidades que aumentam as chances de seu insucesso. O ajuste não está precedido das reformas institucionais e, portanto, o espaço de manobra sobre as receitas e as despesas públicas é muito restrito, dado o tamanho do déficit nominal. A probabilidade maior é que ele se caracterize, após alguns meses, mais como um ajuste que aumenta a arrecadação, do que como um ajuste que controla despesas, as quais têm se mostrado rígidas por razões constitucionais ou políticas. Este novo ajuste tende a ser uma versão requentada do ajuste fracassado de outubro do ano passado e, portanto, já nasce com baixo nível de credibilidade junto à opinião pública.

Por tudo isto, é de se esperar que este novo ajuste no ciclo do real tenha resultados menos brilhantes e mais difusos no tempo em termos de redução dos desequilíbrios fiscais; que aprofunde o quadro recessivo que nos acompanha desde o início da crise asiática; que afete a quantidade e a qualidade dos serviços públicos tradicionais; e que amplie o ambiente de incertezas daqueles que necessitam tomar decisões de médio e de longo prazos.

Um ajuste fiscal não se sustenta politicamente se impuser custos visíveis e imediatos para a maioria da população em troca de uma perspectiva longínqua e incerta dos seus benefícios no médio e no longo prazos. É preciso, portanto, que o ajuste seja multifacetado e venha acompanhado de uma visão dos problemas nacionais mais ampla do que o simples exercício de aumentar receitas e de cortar despesas ao nível das burocracias governamentais.

Em primeiro lugar, o ajuste descolado do anúncio das reformas institucionais não é crível. Este anúncio não pode se limitar a um credo de boas intenções neoliberais para acalmar a comunidade financeira internacional. A arquitetura básica dessas reformas tem de ser

desenhada para que os diferentes atores sociais e regiões do país percebam quem serão os ganhadores e os perdedores em sua engenharia construtiva. O governo federal, em matéria de reformas institucionais, tem de sair do reino do faz-de-conta e apresentar projetos definitivos, consistentes e justos.

Em segundo lugar, como o ajuste é indispensável e urgente, ele tende a postergar tudo o que envolve trabalho paciente e metódico dentro da administração pública, como a eliminação dos desperdícios, a melhoria da eficiência e da eficácia dos gastos públicos, a avaliação sistemática de programas e projetos, o controle dos mecanismos de corrupção etc. Se o setor público consolidado conseguisse acompanhar de perto os ganhos de produtividade e de eficiência que a iniciativa privada conquistou, quando confrontada recentemente com a abertura e a desregulamentação da economia brasileira, os cortes previstos pelo ajuste nos valores absolutos das despesas governamentais poderiam ter impacto quase nulo sobre a qualidade dos serviços prestados.

Da mesma forma, uma nova dimensão que poderia ser articulada ao ajuste fiscal seria a realização de três ou quatro acordos setoriais para manter dinamizadas as atividades de um certo número representativo de setores, que sejam intensivos de mão-de-obra, que utilizem densamente insumos e fatores nacionais em sua cadeia produtiva, que usufruam de grande capacidade de dispersão de efeitos para frente e para trás, e que tenham mercados potencialmente expansivos em regime de demanda ou de necessidades reprimidas. Este tipo de acordo funcionou adequadamente para a indústria automobilística desde fevereiro de 1993, a qual teve sua expansão e modernização garantidas, seu mercado consumidor democratizado, seu padrão locacional descentralizado e sua balança comercial favorável ao país no médio prazo. A realização desses acordos poderia ser estendida, com urgência, para os setores de construção civil, agricultura e tu-

rismo, sob pena do desemprego virar uma praga neste país nos próximos dois anos, quando os efeitos perversos do ajuste se tornarem mais crônicos.

Uma quarta dimensão do ajuste é o não abandono de uma perspectiva de longo prazo da economia brasileira. O ajuste vem num momento em que se estava configurando, ainda que timidamente, um novo rearranjo do nosso sistema de planejamento por meio dos programas e projetos do Brasil em Ação. Como se sabe, a parcela maior dos investimentos previstos neste plano seria realizada com recursos privados, nacionais e internacionais, com o Poder Público exercendo mais o papel de coordenação interinstitucional, assim como de mobilização de financiamentos e de energias empresariais. Seria um retrocesso se, em nome da premência do ajuste, fosse postergado o resgate do planejamento de médio e de longo prazos no país, um instrumento indispensável para se construir uma sociedade com equidade social e sustentabilidade ambiental, na sua transição de um milênio a outro.

Uma quinta dimensão – não necessariamente a última – a ser integrada a uma visão mais criativa para o ajuste numa sociedade que convive com um crescente mal-estar econômico, é a mobilização política e a ativação social do Terceiro Setor no Brasil. Este Setor é definido pelas organizações que não integram o aparelho governamental, estruturadas formalmente, sem finalidade lucrativa, com elevado nível de participação voluntária, com autogerenciamento e elevado grau de autonomia interna. Compõem um vasto universo que pode ser superior a 250 mil entidades, incluindo atividades beneficentes, religiosas, esportivas e culturais. Enfim, além do que necessariamente precisa ser feito, existem alternativas que indispensavelmente precisam ser exploradas para ancorar o próprio ajuste.

*Ministro do Planejamento e da Fazenda: no governo Itamar Franco